

PT

Rui Falcão & Você

www.ruifalcao.com.br

Maio de 2008

Geléia Geral

Leia nossa revista sobre a importância de preservar a identidade petista, com argumentos na defesa do PT contra as investidas da elite. A revista está à disposição no gabinete ou internet www.ruifalcao.com.br



Emprego com carteira assinada bate recorde

O total de trabalhadores com carteira assinada (4.180 milhões) na região metropolitana de São Paulo atingiu o maior nível dos últimos 16 anos, segundo Seade/Dieese.

Uma lei para baratear as contas de luz

Aprovado projeto que reduz o ICMS para os consumidores de baixa renda

Demorou, mas valeu a pena. Depois de muito debate, muito apoio popular e a colaboração de parlamentares de todos os partidos, foi aprovado, no dia 28 de maio, o projeto de lei 123, do deputado Rui Falcão, que isenta da cobrança do ICMS todos os usuários de energia elétrica que consomem até 220 kwh por mês e se enquadram na categoria de “baixa renda”.

A nova lei, que agora depende da sanção do governador para vigorar, representa uma redução substancial na conta de luz de centenas de milhares de famílias no Estado de São Paulo, e é resultado de um longo processo de luta dos movimentos sociais, aos quais se juntou desde o início o deputado Rui Falcão, que fez dessa conquista um compromisso de sua campanha eleitoral.

Até a data da aprovação da lei, parte dos benefícios assegurados à população de baixa renda pelo programa “Luz para Todos” do Governo Federal – que conta com a participação dos governos estaduais e concessionárias privadas – era anulada no Estado de São Paulo pela cobrança do ICMS sobre o consumo das famílias que atingisse até 220 Kwh por mês ou mais que isso. Era aplicada a alíquota normal que corresponde a 25% do total da conta (na verdade 33%, devido à forma de cobrança do ICMS).

Agora, com a aprovação do projeto de Rui Falcão, as famílias que consomem até 220 KWh por mês passam a usufruir dos mesmos benefícios assegurados pelo governo Lula a todos os que



População participa de plenária em defesa do Projeto-de-Lei

participam do “Luz para Todos”. A redução do valor da conta de luz deverá ser de 12% a 25% e atingirá cerca de 600 mil famílias, hoje excluídas do benefício. O programa “Luz para Todos” tem como meta universalizar o acesso aos benefícios da eletricidade a todos no Brasil.

A luta, porém, não acabou. A lei aprovada é de caráter autorizativo. Isso quer dizer que ela

600 mil famílias poderão ter até 25% de abatimento

não obriga o governador José Serra a cumpri-la. Daí a necessidade de os movimentos organizados, as entidades populares e de defesa

dos consumidores fazerem ouvir suas vozes no Palácio dos Bandeirantes.

“Essa participação é essencial para a sanção da lei pelo governador”, afirma Rui Falcão. Para ele, sancionar a leis é uma questão de coerência com o programa do governo federal. “A cobrança do ICMS para consumidores de baixa renda, como ocorre em São Paulo, anula em parte os benefícios assegurados a essas famílias, pois existe incidência de imposto sobre a parcela subsidiada pelo governo federal”.

Não existe motivo para não eliminar o imposto, diz Rui Falcão, pois a isenção não afetará o faturamento das concessionárias. Quanto a um suposto impacto da medida sobre a arrecadação tributária estadual, Rui Falcão afirma que a isenção do ICMS “é perfeitamente possível em vista do aumento de arrecadação – muito acima da inflação - verificado nos últimos anos em decorrência dos aumentos de tarifas que fizeram crescer as receitas das concessionárias e permissionárias de energia elétrica”.

“Além disso, a lei se constitui como medida de forte impacto na minimização do risco de crescimento da exclusão social, em virtude dos aumentos das tarifas praticadas nos últimos dez anos”, conclui Rui Falcão.

Acesse o projeto na íntegra:
www.ruifalcao.com.br



A primeira vitória nós já conquistamos

Mas é com apoio popular que vamos convencer o governador Serra a sancionar o projeto que reduz o ICMS para consumidores de baixa renda.

Participe do movimento pela aprovação da Lei. Ligue para o Palácio dos Bandeirantes nº (0xx11) 2193-8000
envie um email para saopaulo@sp.gov.br ou escreva para - Governador José Serra. Av. Morumbi, 4500 - CEP: 05650-905

Nossa Caixa não pode ir a leilão

Se é para vender, que seja para o Banco do Brasil; São Paulo precisa de um banco de fomento.

Na obsessão em liquidar o patrimônio público, o governador José Serra anunciou que vai vender a Nossa Caixa, estatal que integra a lista da última rodada de privatizações tucanas, entre as quais se inclui a Cesp, a terceira maior empresa de geração de energia elétrica do País.

Com a privatária tucana, São Paulo já perdeu o Banespa, um banco de fomento que teve a sua história ligada à industrialização e ao desenvolvimento do Estado de São Paulo. Perdido o Banespa, restou a Nossa Caixa, que, sem contar com a rede de agências e o porte financeiro do Banespa, desempenha tanto quanto possível o papel de banco de fomento. O fomento estatal é uma atividade indispensável ao suporte financeiro das políticas públicas conduzidas pelo Estado, que nem sempre encontra no mercado bancário o crédito e o financiamento requeridos nas condições adequadas a essa finalidade.

Com a venda da Nossa Caixa, o Estado de São Paulo pode perder a sua última instituição de fomento. É para evitar que isso ocorra que o deputado Rui Falcão advoga a compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, que são as instituições de fomento do governo federal.

“Se é para vender, que seja para essas instituições”, afirma Rui Falcão. “Antes, porém, é preciso realizar um debate aberto, com a participação de todos os interessados, como os funcionários da Nossa Caixa — que devem ter assegurados todos os seus direitos trabalhistas —, os parlamentares e as entidades associadas às atividades de fomento”.

Rui Falcão adverte também que a transferência da Nossa Caixa para o BB ou a CEF não implique ônus para os correntistas, que, juntamente com os funcionários, seriam prejudicados caso não seja mantida a rede de agências distribuídas por todo o Estado.

“Seria também prejudicial ao interesse público”, alerta Rui Falcão, “condicionar a venda da Nossa Caixa a mudanças, pelo governo federal, no prazo de concessão das hidrelétricas, para facilitar ainda mais a privatização da Cesp, como parece pretender o governador Serra”.

Serra silencia no escândalo da Alstom

Na Assembléia Legislativa, apuração das irregularidades não avança



Em 6 de maio, o jornal Valor Econômico revelou, com reportagem do jornal americano “Wall Street Journal” que a multinacional francesa Alstom, de engenharia ferroviária, é investigada pelas polícias da França e da Suíça por suspeita de pagamento de propinas para firmar contratos em vários países, entre os quais o Brasil (equipamentos do metrô e vagões de trens de São Paulo). O valor dos contratos da Alstom com o governo de São Paulo, em número de 139 — que vêm dos tempos do ex-governador Geraldo Alckmin e ocorreram também na gestão de José Serra —, montam a R\$ 7,6 bilhões.

Os jornais paulistas deram ampla cobertura à denúncia e às investigações que vêm sendo realizadas no exterior, mas até agora nenhum de seus repórteres dirigiu-se ao Palácio dos Bandeirantes para ouvir o governador ou aos secretários de Estado. É como se a denúncia, a ser esclarecida, não dissesse respeito

à gestão tucana responsável pela assinatura dos contratos com a Alstom.

Dessa forma, o empenho em apurar as denúncias tem-se limitado às iniciativas de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, entre os quais Rui Falcão. Segundo levantamento feito junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) pela bancada do PT, dentre os três mil pareceres parados nas Comissões de Finanças e Orçamento e de Fiscalização e Controle ou na gaveta do presidente da Casa, que não os coloca na pauta de votação, estão pelo menos seis contratos, que totalizam R\$ 1,3 bilhão, com suspeitas de irregularidades firmados entre o governo estadual e a Alstom.

No total, os pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) que apontam irregularidades nos contratos do governo tucanos so em número de 3 mil. Neles, o TCE aponta problemas, como indícios de favorecimento em licitações. Segundo Rui Falcão, o PT denuncia há anos que a Assembléia Legislativa, presidida por deputados que compõem a base de sustentação dos governadores tucanos, prorroga ao máximo o engavetamento dos pareceres contrários ao governo.

Pelo fim do abuso da publicidade em alimento

Para impedir que os meios de comunicação explorem as crianças, como pessoas em formação, o deputado Rui Falcão apresentou projeto-de-lei que impede, na publicidade de alimentos destinada ao público infantil, a vinculação de celebridades e personagens infantis a produtos com baixa densidade nutricional. Segundo explicou Rui Falcão, “o projeto foi idealizado depois de uma extensa pesquisa realizada pela

associação Consumers International e pelo Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, na qual essas entidades identificaram como um dos fatores preponderantes na obesidade infantil a exploração desse público, por meio de técnicas de marketing que se aproveitam das fragilidades de uma pessoa em formação para vender produtos sem nenhum valor nutritivo”.

Acesse o projeto na íntegra: www.ruifalcao.com.br

Deputado presente

Descaso da prefeitura em Campo Limpo

O descaso com a saúde, particularmente com o atendimento na UBS local, foi a principal queixa de moradores da Chácara Santa Maria em reunião com o deputado Rui Falcão no dia 5 de maio. Integrantes da associação de moradores deste bairro do Campo Limpo reclamaram também da falta de creches; de dificuldades no transporte, com a mudança de linhas de ônibus que atendiam o bairro; e de problemas no CEU Feitiço da Vila, que teve seu projeto alterado, com o desvirtuamento da proposta pedagógica.

Outra queixa dos moradores é quanto aos trâmites para a regularização fundiária dos imóveis da comunidade em suposta área de manancial. Para solucionar o problema, Rui Falcão colocou o corpo técnico do mandato à disposição dos interessados.

Na comunidade Morro da Lua, em reunião com a diretoria da associação dos moradores, foi solicitada a intervenção do deputado para a regularização da rede elétrica dos moradores junto à Eletropaulo e para a construção de uma creche. Rui Falcão comprometeu-se a apoiá-los nessa luta e sugeriu às lideranças locais que encaminhem um abaixo-assinado pela regularização da rede elétrica e que seja feito um levantamento junto aos moradores sobre o número de crianças em idade de creche para ser encaminhado à prefeitura de SP.



EXPEDIENTE |

Gabinete do deputado Rui Falcão - Avenida Pedro Álvares Cabral, 201 - Sala 3.011 - CEP: 04097-900 - Fone: (11) 3886.6776 - Site: www.ruifalcao.com.br - e-mail: gabinete@ruifalcao.com.br
Jornalista responsável: Nivaldo Manzano - Ilustrações: Nicoletti - Criação e editoração: Área Comunicação: www.areacomunicacao.com.br Gráfica: LWC - Tiragem: 10.000 exemplares